

Políticas Públicas, Gênero e Trabalho  
II Seminário Nacional de Trabalho e Gênero

**Sessão Temática: Gênero, Reestruturação e Precarização nas  
Relações de Trabalho**

# **O Trabalho e as transformações do mundo Capitalista**

Autor: Robson de Sousa Moraes<sup>1</sup>  
Co-Autor: Simone Rezende Barbosa<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Professor; Mestre em Geografia pela U.F. G membro da Fundação Dinarco Reis –  
[robsondem@hotmail.com](mailto:robsondem@hotmail.com)

<sup>2</sup> Graduada em Psicologia pela U.C.G e Pós Graduanda em Políticas Públicas pela U.F.G;  
[rezende.simone@gmail.com](mailto:rezende.simone@gmail.com)

**Resumo:** O Modo de Produção Capitalista vivencia, em nossos dias, uma expressiva transformação em sua forma de organização do processo produtivo, ocasionando mutações nas relações sociais de produção. A suposta superação do Fordismo pelo Toyotismo e a eclosão da Sociedade em Rede vem alterando a composição do Trabalho e as características das instituições, efetivando novas formas de convivência social.

Palavras chaves: Trabalho; Capitalismo; Toyotismo

---

### Introdução

*“Somente quando o homem, em sociedade, busca um sentido para sua própria vida e falha na obtenção deste objetivo, é que se dá origem à sua antítese, a perda de sentido”.*  
(LUKÁCS, *Ontologia do ser social*)

Em cada período histórico, há uma correspondência na forma de organização do Trabalho, que estabelece um padrão potencializador dos mecanismos de produção e reprodução de uma dada sociedade, constituindo uma contraditória coerência entre as articulações dos poderes e vivências existentes. Qualquer mudança nas estruturas societárias vigentes é acompanhada por transformações nas relações de produção, conseqüentemente afetando a Divisão Social do Trabalho, pois o domínio de grupos, classes sociais e/ou estados nacionais em sua imposição hegemônica sobre o processo produtivo é que efetiva uma qualidade ou identidade construtora de supremacias estruturalizantes materializadas na sociedade. O mundo contemporâneo complexifica este debate, na medida em que as flexibilidades das novas tecnologias provocam alterações significativas nas estruturas sociais existentes e conseqüentemente modificam os padrões já formados e consolidados, alimentando o conflitante movimento de produção e reprodução das estruturas societárias

O Modo de Produção Capitalista, ao longo de sua História tem vivenciado expressivas mudanças em seu perfil produtivo, com constantes rearranjos da organização do trabalho e das classes sociais. A terceira Revolução Industrial, ora em curso, se caracteriza pelas mudanças e inserção de novos ramos da produção industrial, tais como a micro-eletrônica, a informática, engenharia genética, biotecnologia, telemática e robótica, colocando em segundo plano os clássicos setores do metal-mecânica, à química e ao plástico. A supremacia nesta ocasião é marcada pela hegemonia das grandes corporações transnacionais, que funcionam como destacamento avançado da Tríade Estados Unidos, União Européia e Japão.

A incorporação dos avanços das técnicas e das ciências, impulsiona a produtividade do sistema capitalista de forma cada vez mais acelerada, tornando-se fortes instrumentos da

acirrada concorrência, chegando em alguns momentos a ser identificadas como principal força produtiva em ação (CINTI, 2000).

Este artigo tem como objetivo, apresentar algumas das atuais transformações existentes no processo social de produção, embalado por profunda mutação no processo de acumulação do Capital em âmbito mundial, na qual vem a brotar a chamada Terceira Revolução Técnico-Científica, a crise do estado, o Toyotismo e o Pós – Fordismo e sua acumulação flexível, bem como a composição do Estado Rede (CASTELLS, 1999). Procura abordar ainda, as implicações destes fenômenos nas variadas leituras da contemporaneidade, incorporando novos sujeitos e elementos.

### **As transformações do Padrão de acumulação Capitalista**

A crise que abalou o mundo entre 1929-33, alavancou um profundo debate que resultou em uma expressiva alteração nas relações sociais estabelecidas até o momento. Até esta data vigorava o pensamento econômico formulado por Jean Baptiste Say, segundo o qual toda oferta cria sua própria demanda e o equilíbrio do mercado, pode ser alcançado pelas ações do próprio mercado, sendo que as crises verificadas neste âmbito são ocasionadas por influências externas ou “causas extra-econômicas”, principalmente a política, a guerra e os sindicatos. Say, na realidade sistematizara idéias já encontradas em Adam Smith e David Ricardo (Kurz1997). John Maynard Keynes foi o primeiro acadêmico a questionar o Teorema de Say (Marx já o havia feito um século antes, mas de fora dos limites da academia), demonstrando que a afirmação de Say não tem validade universal e que o próprio mercado pode gerar situações em que não haja demanda suficiente. Keynes em Teoria Geral do Emprego, Juro e Moeda – 1936, aponta medidas de caráter macro-econômico para superar tais situações, fundamentada no conceito de “Demanda Agregada”, isto é, o conjunto de gastos dos consumidores, investidores e poder público, cabendo ao estado estimular a demanda carente por intermédio de medidas macro-econômicas. É a ruptura coma economia clássica baseada na micro-economia e nos ações individuais e o começo da chamada *Revolução Keynesiana* como forma alternativa para superar a crise econômica das primeiras décadas do século XX, tornado-se hegemônica, logo após a Segunda Grande Guerra Mundial. Em oposição às propostas de Keynes, situava-se o economista alemão Walter Eucken, que defendia a intervenção do estado, mas não através da macroeconomia das Demandas Agregadas e sim via políticas de ordenação do mercado, cujo objetivo seria o de garantir a concorrência, esta escola foi chamada de *neoliberalismo*.

Durante o imediato pós guerra, particularmente nos anos de 1950, o capitalismo encontrou nas proposições de Keynes seu momento de ouro, chamado por Robert Kurz como o “*curto verão siberiano do capitalismo contemporâneo*”, que já na década de 1960 apresentava sinais de desgaste com redução nas taxas de crescimento da economia e de investimento na produção. Com os “*choques do petróleo*” de 1973 e 1979 explicita-se o esgotamento do modelo Keynesiano, manifestada sob a forma da crise fiscal dos anos de 1980. Os elementos desta crise pode ser verificada segundo Ricardo Antunes em sua obra *Os sentidos do Trabalho* pela:

- Queda nas taxas de lucro provocada pelo aumento do preço da força de trabalho ocorrida principalmente nos períodos pós-guerra e acentuados pelas lutas sociais dos rebeldes anos de 1960;

- A retração do consumo e impossibilidade estrutural do pacto fordista em responder a esta realidade;
- A relativa autonomia alcançada pelo sistema financeiro frente ao capital produtivo
- A concentração de capitais devido às fusões de empresas monopolistas;
- A crise do Well Far State e do investimento público (demanda agregada), gerando a transferência de atividades estatais para o setor privado como forma de recuperação das taxas de lucratividade;
- A desregulamentação da produção e da força de trabalho.

A partir deste quadro o Capital deflagra uma série de transformações no interior do próprio processo produtivo constituintes da chamada acumulação flexível (ANTUNES, 2001), na qual se destaca o modelo japonês batizado de Toyotismo, produtor de um trabalhador qualificado, multifuncional e participativo, peça chave de uma unidade produtiva distinguida por uma extensa utilização de novas tecnologias e equipamentos, bem como do expressivo uso de computadores na fábrica e no sistema de serviços típicos da fase informacional que ora se inicia. O Toyotismo, quebra a rigidez departamentalizada da indústria Taylorista, promovendo a otimização das vantagens competitivas e desmontando departamentos de difícil adaptação às novas exigências concorrenciais, que são repassadas a subcontratadas ou Terceiras. É o processo de Reestruturação Produtiva ou o avanço das novas tecnologias sobre a intensificação do trabalho ou ainda, a nova faceta da mais-valia relativa no mundo contemporâneo. Tais transformações vão suscitar o debate da possível existência de uma sociedade de novo tipo, estruturada a partir dos impactos provocados pelas recentes técnicas e maquinários, particularmente pelas tecnologias da informação, entendidas com o conjunto de inovações desenvolvidas na área da micro-eletrônica, computadores (software e hardware), telecomunicações, conjugados com a engenharia genética e biologia molecular. Neste sentido, Daniel Bell conceitua a sociedade por ele chamada de Pós-Industrial (DE MASI 2000), David Harvey (2003), fala em Pós-Modernidade e Manuel Castells (1999) afirma a chegada da Era da Informação.

No Brasil o processo de Reestruturação Produtiva irrompe a partir da década de 1990, tendo, no entanto acumulado um conjunto de experiências e medidas vivenciadas e experimentadas desde o final dos anos setenta, quando se esgota o modelo de substituição de importações que padronizaram a produção no período anterior (LEITE, 1995). As exigências da competitividade internacional e uma série de mudanças de ordem conjuntural e estrutural vai desencadear a “modernização conservadora” do sistema produtivo brasileiro.

Durante a década de 1970 o país experimentou um expressivo crescimento de sua atividade industrial seguida de significativa expansão do emprego, baseada em uma industrialização pesada iniciada desde os anos de 1950, com aumento da capacidade produtiva do setor de bens de produção e de bens de consumo duráveis, fundamentado em mercado interno em expansão e protegido por políticas de controle de importações. A organização do trabalho caracterizava-se por um forte autoritarismo, pela parcelização de tarefas, pelo uso extensivo de mão de obra não qualificada, por altas taxas de rotatividade,

contextualizada pelo poder da ditadura militar que governava o país. Já no início da década de 1980, esta estrutura produtiva apresenta sinais de exaustão, com o ressurgimento do movimento operário e a abertura política, além das próprias mudanças incididas na base produtiva no modo de produção capitalista em escala internacional, visando à maximização da lucratividade e o alargamento da capacidade de produção e reprodução ampliada do capital, que passa a congregiar formas de colaboração dos trabalhadores na procura por qualidade e produtividade. É neste momento que são apresentadas algumas técnicas japonesas de produção aliadas a utilização de novos equipamentos com base na micro-eletrônica.

Segundo Márcia de Paula Leite, há três diferentes períodos do processo de modernização tecnológica no Brasil:

- O primeiro período iniciado no final da década de setenta e o início dos anos oitenta, na qual a adoção dos chamados Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) é uma marca. No entanto, não se vislumbra alterações mais amplas nos entendimentos e práticas de organização do trabalho e muito menos em proporcionar investimentos em novos equipamentos. Neste momento a Reestruturação Produtiva brasileira apresenta um caráter parcial e reativo, na medida em que há uma monstruosa resistência do patronato e das gerências empresariais do país, que formados em uma perspectiva elitista de cunho Taylorista, negavam-se em delegar decisões aos operários. Ao CCQ's vão se limitar aos trabalhadores mais qualificados, técnicos e supervisores. O que ocorre na verdade é a adaptação dos paradigmas empresariais europeus e japoneses à realidade social e cultural do empresariado nacional.

- O segundo momento inicia-se em 1984-85 e caracteriza-se por uma rápida difusão de equipamentos com novas tecnologias e adoção do “*just in time*”, isto é, uma forma gerencial inovadora que inverte a lógica tradicional da cadeia produção – circulação – consumo, que utilizando-se das tecnologias de informação coloca a etapa produtiva em pleno contato com o mercado consumidor, reduzindo drasticamente os estoques existentes.

- O terceiro e atual período inicia-se na década de 1990, caracterizada por uma grande concentração empresarial em assimilar novas estratégias organizacionais comprometidas com a flexibilização da produção e do trabalho. Estas estratégias foram estimuladas pela expressiva retração do mercado interno, forçando as empresas a voltarem-se para o mercado externo, a demanda por qualidade e competitividade para concorrerem em escala internacional e as políticas de abertura econômica adotadas pelo governo de Collor de Melo. Nesta quadra, as experiências modernizantes generalizam-se, visando à focalização da produção e a terceirização de alguns setores objetivando a concentração de esforços nas áreas na qual a empresa possui mais vantagens competitivas, externalizando os demais setores formando redes de fornecimento. Tal fenômeno possui um extremado valor, pois é aqui que se localiza a base das novas territorialidades do setor produtivo brasileiro, com significativos reflexos no padrão e gestão territorial nacional e regional com fortes conseqüências econômicas (precarização da força de trabalho), sociais (mudanças no padrão migratório e na Geografia urbana) e culturais (crises e choques identitários).

## **Mundialização do capital, estado nacional e sociedade.**

O estado, enquanto realidade objetiva, se caracteriza como sendo uma forma específica e singular de organização do poder político, fruto do movimento contraditório das diversas sociedades (FIGHERA, 1998). Quando percebido em uma temporalidade de longa duração (ROJAS, 2001), o estado logo se revela um processo histórico problemático, contraditório e transitório. Nos tempos da sociedade global, transmuta-se e travesti-se como província da sociedade global (IANNI, 1998).

Com o aparecimento do estado moderno, a questão da relação estado-sociedade se torna tema de grande relevância para a ciência política. Até o período no qual predominavam formas de organizações sociais pré-capitalistas, há uma dificuldade na distinção entre a esfera pública e a esfera privada. No caso brasileiro os reflexos e permanências desta lógica sócio-cultural na construção e consolidação do estado nacional, serão amplamente estudada por Faoro (1998), tendo suas conseqüências antropológicas e culturais verificadas por autores como Sérgio Buarque de Holanda (1984), Gilberto Freyre (2203) e Roberto DaMatta (1997) entre outros.

No decorrer da década de 1970, os estados nacionais, passam a enfrentar a questão da chamada crise fiscal e concomitantemente suas formas de inserção e intervenção econômica tem sua eficácia duramente questionada, diante da realidade conjuntural que apontava para importantes mudanças na base organizativa e produtiva do Modo de Produção Capitalista. Diante desta crise redimensionada pelo fenômeno da mundialização financeira do Capital e a hegemonia de concepções privilegiadoras do mercado como coordenador, de todo sistema econômico, impõe-se a necessidade de se reformar o aparelho do estado.

Com a queda da URSS e o desmonte do socialismo real ocorre um nítido endurecimento das posições pró-livre mercado, que avança ofensivamente sobre o pacto fordista e as políticas Keynesianas, alterando expressivamente a correlação de forças no histórico enfrentamento pela forma e conteúdo do estado.

Sueli Ramos Schiffer (1998) argumenta que o processo de ocupação e transformação do território brasileiro tem se caracterizado pela predominância da produção econômica e suas variadas transformações, quer em escala regional ou nacional. Este fenômeno, capitaneado pelo estado, é facilmente identificado se retroagirmos aos períodos imperial e colonial, onde se constata que as atividades econômicas desenvolvidas nas regiões resultaram no desenvolvimento de centros urbanos ou na incorporação territorial de áreas agrícolas.

Durante a década de 1920, a industrialização, também comandada pelo estado, acoplada à manutenção de uma estrutura fundiária e agrária centrada no latifúndio, imprimiu um acelerado processo de urbanização ao território. As conseqüências deste foram, entre outras, a elevada concentração de capital, das atividades produtivas e demográficas nos centros industriais, notadamente na região metropolitana de São Paulo.

Após a década de 1970, há uma tendência de alteração deste quadro expressadas na diminuição do valor da participação da transformação industrial nacional da metrópole, simultaneamente a um processo de descentralização do setor da indústria da transformação originalmente instalado na metrópole paulista. Uma boa compreensão deste fenômeno requer uma reflexão acerca das relações entre Sociedade-Estado, bem como das contradições entre Capital-Trabalho.

Os avanços tecnológicos verificados durante a década de 1970, notadamente na área da informática, acompanhadas de alterações no sistema produtivo, permitiram uma fragmentação das unidades industriais localizadas em regiões ou países diferenciados. Aliada a dissolução do bloco soviético e do socialismo real, iniciou-se uma ofensiva da ideologia liberal com rápida ampliação territorial das economias de mercado. Nesta quadra o capital promoveu uma reorientação da economia-mundo (Ianni, 2002), com aprofundamento do processo de internacionalização do Capital.

O fenômeno da internacionalização foi alavancada desde seus primeiros momentos pela acumulação do capital, inserindo e combinando países e relações sociais completamente distintas. A hierarquização destes territórios nacional ocorre em escalas de extremadas desigualdades sociais, com introdução de novos processos de produção de mercadorias e de gerenciamento do trabalho com flexibilização da produção das atividades, aumento da robotização e do capital fixo conseqüente redução dos postos de trabalho.

Percebe-se ainda, que principalmente nas grandes corporações há a tendência da terceirização e a subcontratação com expressiva precarização das condições de trabalho (ANTUNES, 2001), caracterizada por uma gigantesca ofensiva material e ideológica do capital sobre o trabalho (WAINWRIGHT, 1998).

No caso brasileiro, a acumulação capitalista perpetuou no poder um grupo dirigente estruturado, desde os tempos coloniais, (SCHIFFER, 1998), por uma íntima associação com o capital internacional, eternizando a constituição de modelos exportadores em detrimento do desenvolvimento de um mercado interno. Segundo esta autora, a propalada competitividade industrial brasileira é vinculada a valiosa atuação do estado, na construção de infra-estrutura básica que permitiu uma rápida inserção na economia mundial destas esferas privilegiadas, famintas por subsídios e incentivos fiscais. A competitividade da industrial nacional, ancorada na baixa remuneração de uma mão de obra desqualificada, vivencia hoje um impasse, na medida em que a estrutura produtiva que se organiza e se impõe a partir dos anos de 1980 exige uma maior qualificação profissional. Em função da tecnificação associada à informática. Segundo Robert Kurz (1992), a defasagem tecnológica e a carência em investimentos em infra-estruturas, caracterizam-se como um ponto de estrangulamento na tentativa de diminuir as desigualdades existentes entre estes países. A manutenção de uma sociedade elitizada baseada em modelos econômicas que negligenciam o papel do mercado interno, selecionando pouquíssimas atividades a se inserirem na economia mundial, aprofunda a concentração de renda em detrimento da grande maioria da população.

A marcha desenvolvida pelo conflituoso processo de acumulação capitalista, aponta para uma sistemática concentração das riquezas e de mecanismos decisórios, sendo mediados pela intensidade da reação política perpetrados por aqueles que se percebem em franca desvantagem nos (re) arranjos político, econômico e espacial. Segundo Ianni (1992, 1998, 2002), o atual fenômeno da globalização da economia capitalista, compreende a formação de centros decisórios de caráter extra e supranacionais, debilitando ou mesmo anulando as estratégias nacionais. Para esse autor as condições para formulação e implementação de projetos nacionais são drasticamente afetadas, tornando-se possíveis, como imaginação e execução, somente se limitados às exigências das novas e poderosas determinações externas, transnacionais ou globais. O estado nacional estaria em franco declínio, sendo uma demonstração disto as atuais reformulações jurídicas e legislativas que visam redefinir o papel e o caráter do estado nacional rearticulando suas forças tanto em uma escala nacional como internacional, refletindo a correlação de forças dos setores

defensores da abertura econômica e da inserção mundial de nossa economia, contra aqueles que teimam em efetivar um projeto seja nacional democrático ou de ruptura com as formas de organização do capital. O esvaziamento das responsabilidades sociais do estado vinculado ao aprofundamento de seu compromisso político e econômico com os modelos expatriadores de capital, geram entre outros fenômenos uma tensão de dimensão política caracterizada pela crise de legitimação do aparato estatal.

Segundo Luis Carlos Bresser Pereira, em tempos passados, as aristocracias e oligarquias comandaram e definiram todo tipo de reforma no aparato estatal, consolidando assim sua posição de sujeito das mudanças que eram impostas ao conjunto da sociedade. Bresser Pereira (2001), afirma que foi Marx quem propôs a completa inversão da problemática ao defender a idéia de que a máquina do estado é um elemento da superestrutura de uma base material econômica e ao afirmar que o sujeito das transformações seria o proletariado e sua vanguarda intelectual e política. De acordo com o ex-ministro, ao expor o elemento vanguarda, abre-se o flanco para um conjunto de transformações, que teriam conteúdo diverso: um campo propondo o desaparecimento do estado, que acusado de aparelho de opressão de classe, definharia (LENIN, 1983), sendo substituído por uma nova forma de organização baseada nos produtores livres em associação. Na outra ponta se propunha o desaparecimento do estado, que seria substituído pela mão invisível do mercado e sua livre concorrência.

Os ideólogos da livre economia de mercado, muito rapidamente se apressaram em definir a débacle do bloco socialista como uma prova incontestada da supremacia do liberalismo econômico sobre o modelo estatizante.

Durante toda a década de 1990, foi amplamente hegemônica uma visão liberalizante do estado, que orientou expressivamente os planos e as ações governamentais durante este período, ao mesmo tempo em que o crescimento econômico apresenta-se de forma bastante modesta, sendo inferior aos índices alcançados nas décadas de 1950 e 1960, sendo que na maioria dos países as condições sociais estão piores que nos anos de 1970 e tornando-se cada vez mais intoleráveis (SUNKEL, 2001). Segundo Osvaldo Sunkel as realidades de precarização das condições sociais, não se limitam ao chamado mundo subdesenvolvido, mas atingindo também o capitalismo desenvolvido. De acordo com este autor, com exceção da Holanda, a estagnação econômica predomina na Europa e o nível de desemprego observa números registrados somente no período da Grande Depressão, na década de 1930. Este contexto reforçou a idéia de uma imediata e urgente reforma do estado.

Dividido em pólos ideológicos, identificados por **Sachs (2001)** como: Totalitarista, Estatista e Liberal Dogmático, o tema do papel do estado tem ocupado posição de destaque no que o autor chama de teorias do desenvolvimento. H.J. Chang (apud, SACHS, 2001), aponta que após o término da Segunda Grande Guerra Mundial, o papel do estado passou por três momentos:

- *A era da Regulação.* (1945 – 1970) Caracterizada pelos chamados Trinta Anos Gloriosos do Capitalismo, do pacto fordista e da predominância da macro-política de cunho Keynesiana, representando significativos aumentos da intervenção governamental, políticas nacionalizantes com ampliação da regulação econômica e social.

- *O período da transição.* (1970 – 1980) Demarcado pelo choque do petróleo e da crise econômica que se seguiu, resultando na brusca quebra da taxa de lucratividade e do fim do ciclo de crescimento demonstrado no período anterior. Caracteriza-se pelo forte ataque político apoiado no (re) surgimento de teorias econômicas anti-intervencionistas.
- A era da desregulação. (1980 - ?) Caracterizado pelas tentativas de inúmeros países de diminuir a intensidade de políticas intervencionistas, utilizando para tal o instrumento da privatização, do corte orçamentário e da desregulação, utilizando como suporte teórico às interpretações originadas na década anterior.

Bresser Pereira (2001) define quatro linhas diretivas na relação sociedade-estado na contemporaneidade, sendo elas a crise do estado nos últimos vinte e cinco anos do século XX, o aumento da capacidade produtiva acompanhada da contradição entre o aumento da qualidade de vida e o aumento da concentração de riqueza e os desafios apresentados pela globalização, além do avanço da democracia. A crise do Estado apontada pelo autor, na realidade se revela como o esgotamento de uma forma de organização das forças produtivas, bem como de suas relações sociais nos marcos de uma época de avanço material e ideológico do capital sobre o trabalho, liberando o primeiro dos compromissos assumidos com pacto fordista e impondo conflitivamente uma reorganização societária que legitime e facilite a acumulação do capital. O aumento da capacidade produtiva é fruto da tecnificação e sua utilização como mecanismo de maximização do lucro é uma das causas do desemprego e da diminuição da renda por parte da grande maioria da humanidade, ao passo que se verifica o aumento da concentração de riquezas em torno de uma parcela extremamente limitada da humanidade. No entanto, o Professor Bresser Pereira, não parte desta perspectiva, para ele os desafios apresentados pela globalização refletem a capacidade de resposta da porção desfavorecida com tal situação ou ainda na adequação pura e simples ao modelo dominante. Quanto ao avanço da democracia, este autor se limita a entendê-la como democracia representativa, da forma apresentada pelas sociedades de consumo. Faz-se curiosa a afirmação de avanço da democracia em um contexto de ampliação da concentração de riqueza. Com isto percebe-se a redução do conceito de democracia a uma questão de formalidade, isto é a democracia formal.

Bresser Pereira aponta que após o período de exacerbação ideológica, na qual se pretendeu restringir ao mínimo as ações do estado, o projeto de reforma tornou-se tema central em todo o mundo na década de 1990. A crise do estado teria razões endógenas, resultante de um excessivo e distorcido crescimento ocorrido no século XX e esta não poderia ser negligenciada, como afirma pretender a esquerda, taxada pelo ex-ministro de “burocrática”, mas ao mesmo tempo não poderia servir de pressuposto para um retorno ao século XIX, como alega pretender o grupo por ele denominado de “direita neoliberal” ou “neoconservadora”.

Os textos deste autor indicam a existência de uma “sociedade civil” compreendida como o sujeito da reforma do aparelho do estado, sendo compreendida como parte da sociedade que se situa fora do aparelho do estado, ou ainda situada entre a sociedade e o estado, sendo o aspecto político da sociedade, visando influenciar a ação do estado. A somatória da sociedade civil e o estado é que constituiria o Estado-Nação. A transformação

da sociedade civil em sujeito da transformação e da reforma do aparelho do Estado se caracteriza como fenômeno extremamente recente situado historicamente no decorrer das transformações gestadas no século XX.

Durante centenas de anos a questão central do Estado se concentrou em batalhas contra as oligarquias de caráter feudal. No Brasil, tal enfrentamento se deu entre a afirmação do Estado contra os coronéis e seus regionalismos e autoritarismos. Para o Professor Bresser estas batalhas se concluíram na maior parte dos países neste século XX.

Particularmente compreendo que as relações pré-capitalistas em nosso país e os fenômenos gerados por tais relações (como o coronelismo, citado por Bresser.), foram não derrotados, mas absorvidos pela dinâmica de uma modernização conservadora, que em seu caráter híbrido, implementou uma racionalização modernizante no sistema produtivo, mas sem modificar a estrutura social, política e econômica resguardando seu caráter conservador.

A nova questão que emerge, diante da afirmação do Estado é a Sociedade Civil, diferenciada deste e agente das mudanças que determinam o curso do próprio Estado.

O termo “Sociedade Civil” surge com os filósofos contratualistas, sendo objeto de reflexão de Hobbes que utiliza este termo para contrapor ao entendimento de homem em seu estado de natureza. Neste sentido, Sociedade Civil é visto como sociedade política e sinônima de Estado. Tal formulação tem como contexto a fundação do conceito de Estado até então mesclado com o conceito mais geral de sociedade.

Com o a ascensão da burguesia como classe dominante, mas ainda não dirigente, se efetiva a distinção entre Estado ou sociedade política da Sociedade Civil ou sociedade burguesa organizada pelo mercado. Mas será Hegel (1997), que fundará o moderno conceito de Sociedade Civil, sendo esta toda a sociedade que se mantém fora do aparato estatal. Hegel define o Estado como o estágio máximo da razão que na sociedade tem seu movimento iniciado pela família enquanto instituição. Aqui as relações pessoais e afetivas imperam, sendo amenizadas no âmbito do interesse público, na qual se encontram os interesses pessoais. A moralidade objetiva se concretiza com a razão de Estado e se desenvolve a plenitude da vida social.

Marx e Engels vão inverter os papéis proposto por Hegel, percebendo a Sociedade Civil não como objeto da mudança social, mas sendo ela própria o agente da formação do aparelho do estado, revelando assim seu caráter de classe.

Necessário se faz ainda, diferenciar o conceito de Sociedade Civil de um outro conceito político: o Povo. Bresser Pereira define “povo” como conjunto de cidadãos com direitos e deveres iguais. Na Sociedade Civil os direitos mantêm-se iguais, mas os poderes vão diferenciar de cidadão para cidadão de acordo com três fontes fundamentais de poder:

- *A organização.* De acordo com Bresser Pereira, os cidadãos participantes de organizações representativas exercem uma maior pressão política, possuindo assim maiores poderes do que o cidadão isolado.
- *O dinheiro.* Os proprietários de empresas, aparelhos ideológicos e empregadores, aqueles que podem financiar campanhas políticas, que podem exercer seu poder de veto e decidir não investir, aqueles que podem especular com moedas e/ou valores imobiliários, são mais poderosos dos que os que não possuem estas possibilidades.

- *O conhecimento técnico e organizacional.* Tais conhecimentos permitem com que pessoas possam dirigir organizações e influenciar outras através do que dizem ou escrevem.

Uma sociedade politicamente organizada pode se (re) pensada como composta de um Estado e de uma Sociedade Civil interpenetrada, compondo em sua totalidade o Estado-Nação. Nestes termos o conceito de Sociedade Civil não pode ser reduzido ou entendido meramente como sociedade burguesa. Sua origem remonta a organização política da burguesia, mas se alarga expressivamente com a ampliação da ação do Estado, formando movimentos reivindicatórios e grupos de pressão de caráter não burguês.

### **Manuel Castells e a Era da Informação**

Com o fim da bipolarização entre os blocos socialistas e capitalistas, Manuel Castells vai definir uma nova bipolarização centrada entre *Net e Self*, condicionada pelas tecnologias da informação definidas por ele como o eixo propulsor das transformações neste final de milênio. Tal posição, no entanto não pode ser compreendida como um tipo de determinismo tecnológico, na medida em que para o sociólogo espanhol, a tecnologia é uma produção da própria sociedade e esta não pode ser compreendida sem seus instrumentos ou ferramentas, compondo assim uma interação dialética entre relações sociais de produção e a tecnologia desenvolvida, sendo que as primeiras são definidoras dos Modos de Produção e a segunda define os Modos de desenvolvimento. Esta interação impulsiona o Modo de Desenvolvimento contemporâneo qualificados por alguns elementos componentes dos “Paradigmas das tecnologias da Informação”. São eles:

- A informação passa a ser a matéria prima e o produto final da operação produtiva, sendo que as tecnologias atuam sobre a informação e não sobre a matéria física.
- A transversalidade da tecnologia em todas as esferas da sociedade dá-se pelo fato da informação ocorrer em todos os campos da atividade humana.
- As tecnologias das informações promovem uma lógica de Rede possível de ser aplicada em todas as formas de processos organizações.
- Ao utilizarem as tecnologias de informações às organizações podem se modificar em sua natureza física e/ou funcional permitindo assim a Flexibilização do processo.
- Há uma tendência de integração de tecnologias específicas e a convergência das áreas da informática, televisão e telecomunicação são as bases do novo sistema de informação.

Continuando a tradição que percebe na economia a força motriz das transformações sociais, Castells caracteriza a economia global como cada vez mais assimétrica interdependente e regionalizada, com o aumento de diversificação dentro de cada região e território, tendo como fator de ligação o Modo de Desenvolvimento, apresentado como predicado para a inclusão/exclusão das atividades produtivas. Tal ligação tem como resultado visível os *Espaços dos Fluxos*, isto é, os espaços integrados das redes globais.

Gustavo Cardoso analisando a Era da Informação, afirma que os Espaços Fluxos são compostos por três níveis:

- O nível técnico das redes, dado pela infra-estrutura de microeletrônica, telecomunicações e hardware em geral.
- Os *Nós* e os *Hubs da rede* compõem o nível geográfico, sendo que os primeiros representam as localizações estratégicas nas quais se concentram uma série de atividades e organizações de caráter local, mas que aproveitam as possibilidades da rede para atuarem globalmente; já os Hubs são locais de interligação da rede a locais específicos com condições sociais e culturais específicas.
- O nível social dada pela organização espacial da elite gestora da organização da rede.

Podemos dizer que redes são os artefatos materiais e imateriais, agregados ao território, incumbidos de carregar e transmitir os componentes do Espaço dos Fluxos e sua intencionalidade pertencente aos objetos de ações, dotando-a de mobilidade e flexibilidade vitais para sua competitividade. Para SANTOS (2001):

*“Definimos então, a fluidez territorial como a qualidade que tem os territórios nacionais de permitir uma aceleração cada vez maior dos fluxos que os estruturam, a partir da existência de uma base material formada por um conjunto de objetos concebidos, construídos e/ou acondicionados para garantir a realização dos fluxos”.*

Este desenho do Espaço Fluxo estabelece as formas da organização social da Era da Informação, ou seja, a rede. Nesta perspectiva há uma alteração na maneira de perceber o tempo, este não pode mais ser entendido como seqüencial, mas dentro de completa simultaneidade colocada em tempo real devido à interação em vários eventos e fenômenos ao mesmo tempo diluindo as distâncias.

Importante se faz ressaltar que os Espaços de Fluxos alteram, mas não anulam os conceitos de Território e Lugar, já que as organizações atuantes no sistema de redes necessitam de uma dada localização e territorialização não dispensando sua base física, no entanto, sua forma organizacional age em termos de fluxos que caracterizam as redes de informação. Quanto mais as organizações se vincularem às redes, menos estas dependeram do arranjo societal local, promovendo assim, um conflito de caráter político, cultural, econômico e social com as populações que operam em bases territoriais, construtoras de identidades primárias (regionalismos, nacionalismos, fundamentalismos religiosos e político etc). Tal

condição é apelidada por Castells como “*Esquizofrenia Estrutural*”, desencadeadora de crise identitárias em espaços historicamente delimitados. Neste conflito, tipos diferenciados de identidades são coletivamente construídos, de acordo com a posição do indivíduo e de grupos sociais na sociedade:

- *Identities de resistência*; construídas por setores da sociedade ameaçados de completa exclusão social e/ou econômica, por não possuírem as condições básicas da inserção na sociedade em rede, tais grupos formam uma comunidade destino como forma de suportar os elementos de pressão provocados pela exclusão podemos citar como exemplos de Identidades de Resistência os acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra no Brasil, o M.S.T.
- *Identidade de Legitimação*; Produzidas pelos setores dominantes da sociedade, tem como objetivo legitimar e coordenar as ações dos agentes sociais e de toda a sociedade civil. É bem representada pela ação do estado.
- *Identities projetadas*; desenvolvidos por organizações que visam a transformação da sociedade como um todo.

### **O Estado na Era da Informação.**

A Mundialização do Capital é um fenômeno histórico novo, podendo ser definido como um processo no qual as atividades decisivas em um âmbito de ação determinado (economia, meios de comunicação, tecnologia, gestão do meio ambiente e crime organizado), funcionam como unidade em tempo real no conjunto do planeta, tendo as tecnologias de informação e a informacionalização da sociedade a base de sua economia (CASTELLS, 1999). No entanto, nem tudo se globaliza com a mesma velocidade e a grande maioria dos empregos e de toda atividade humana material ou simbólica, continua sendo local ou regional. Tudo que pode ser transformado em mercadoria ou aproveitado para o mercado é rapidamente conectado e os objetos, pessoas e ações sem valor de mercado são automaticamente desconectado. A Mundialização do Capital como acontecimento do Modo de Produção Capitalista potencializa o processo de marginalização social e redimensiona a denominada “*inclusão social*” em critérios de produtividade e competitividade. Quais os efeitos deste fenômeno sobre o Estado Nacional? Castells, no artigo intitulado “*O estado em Rede*”, afirma que a circulação de capitais transnacionais nos países de economia avançada superou, na década de 1990, o Produto Interno Bruto destes mesmos países. A abertura das fronteiras nacionais possibilitando a livre circulação de capitais, bens e serviços modificaram a função dos estados nacionais, não mais vistos como o principal e até exclusivo instrumento de ordenação da acumulação capitalista. A transversalidade do Capital e sua livre circulação provocada por políticas liberalizantes, reduziram sensivelmente a intervenção do estado na sociedade, na medida em que esta presenciava a expressiva presença de organismos multilaterais (F.M.I; O.M.C; O.I.T etc) em sua vidas. Este contexto levou o Estado a uma crise de representatividade devido ao vazio determinado por sua ausência em políticas sociais e pela falta de operacionalidade para apresentar soluções aos problemas básicos da população, tais como saúde, educação,

segurança e transporte aliados ao crescimento de reivindicação da autonomia local, desconfiados e descrentes com a política (crise da política), vivenciamos uma tendência ao refugio amparados em Identidades construídas com bases em seus valores e tradições.

Na Era da Informação o estado experimenta profundas contradições, pois se durante décadas este notabilizou-se por ser o indutor de novas tecnologias e mercados, hoje este se vê ameaçado pelo deslocamento prioritário do exercício do poder do Espaço dos Lugares para o Espaço dos Fluxos. Numa dada perspectiva, seu papel prioritário passa ser o de criar infra-estrutura para recebimento de informação interconectada globalmente, repassá-la em alta velocidade adequando-as à realidade do país, promovendo ainda, as condições mínimas para a inserção do cidadão na era da Informação. Caso contrário, poderemos rapidamente nos deparar com um mundo caracterizado por uma justaposição entre mercados globais e tribos identitárias degladiando-se sobre os escombros do Estado Nacional e da sociedade civil, em confronto na qual a civilização ocidental é a principal vítima.

#### REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.

BRESSER PEREIRA, L.C; WILHEIN.J; SOLA.L. **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CINTI, P. Tourraine: A Sociedade Programada. In: **A sociedade Pós Industrial**. Domenico De Mais. São Paulo: Senac, 2000.

DAMATA, Roberto. **A casa e a rua**. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DE MAIS, Domenico. **A Sociedade Pós Industrial**. São Paulo: Senac, 2000.

FAORO, R. **Os donos do poder**: Formação do patronato político brasileiro. 13. ed. São Paulo: Globo, 1998.

FIGHERA, D. T. A Globalização da economia e o território nacional. In: DE SOUSA, Maria Adélia A. SIVEIRA, Maria Laura. SANTOS, Milton. **Território**: Globalização e Fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1998.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HEGEL, G.W.F. **Princípios da filosofia do direito**. Lisboa: Martins Fontes, 1997.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

IANNI, O. Nação: província da sociedade global? In: DE SOUSA, Maria Adélia A. SIVEIRA, Maria Laura. SANTOS, Milton. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

\_\_\_\_\_. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1992.

\_\_\_\_\_. **As teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. São Paulo: Paz e terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Os últimos combates**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

LEITE, M. de P. Inovação Tecnológica e relações de trabalho: A experiência brasileira a luz do quadro internacional. In: CASTRO, N. A. (org.). **A máquina e o equilibrista**. Inovações na indústria automobilística brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LENIN, V.I. **O estado e a revolução**. São Paulo: HUCITEC, 1983.

MESZAROS, I. **Para além do Capital** – Rumo a uma Teoria da Transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

ROJAS, C. A. **Tempo, Duração e Civilização: Percursos Braudelianos**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, M. O Brasil: **Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001

SCHIFFER, Sueli Ramos. A globalização da economia e o território nacional. In: DE SOUSA, Maria Adélia A. SIVEIRA, Maria Laura. SANTOS, Milton. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

WAINWRIGHT, H. **Uma resposta ao Neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.